

Estado poderia passar de devedor a credor da União

Seminário na Assembleia debateu a dívida pública. A OAB, uma das participantes do evento, disse que uma ação tramita desde 2012

A crise causada pela enchente de maio no Rio Grande do Sul trouxe muitos debates à tona. Um dos temas principais é a questão da dívida que o RS tem com a União. Com isso, a campanha “A conta já está paga” entrou na sua segunda rodada. A ação, organizada pela União Gaúcha, iniciou-se em 2022 e agora ganha mais força, no momento de reconstrução do Rio Grande do Sul.

O relançamento da campanha foi realizado durante um seminário “A dívida do RS com a União: Esta conta está paga”, realizado na Assembleia Legislativa, nesta quarta-feira. O presidente da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, Fernando Andrade Alves, lembrou que a União Gaúcha congrega 22 entidades e que a questão da Dívida Pública nunca saiu das pautas. Alves destacou que o seminário foi realizado para trazer o conhecimento prático, para que a população possa entender que realmente a dívida já está paga. “Pois, se trata de questões técnicas do mercado financeiro. Não é uma bravata dizer que essa conta está paga. Não é porque nós estamos dizendo, mas porque estamos demonstrando tecnicamente”, explicou.

Alves ainda destacou que a última ação em tramitação sobre a Dívida do RS é a ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS) – ACO 2.059. “É uma ação de toda a comunidade gaúcha. Hoje nós temos mais de 60 entidades representadas na ação”, complementou.

O presidente da OAB/RS, Leonardo Lamacchia, explicou que a ação tramita desde 2012. “Nós temos uma perícia de dois técnicos da Unicamp, que desdobrou essa perícia do Supremo, e que no melhor cenário, ou seja, se todos os nossos pedidos forem acatados, a dívida

sai de R\$ 95 bilhões devedor para R\$ 5 bilhões credor ao Estado”, afirmou.

Sobre as diferentes entidades que fazem parte da ação, Lamacchia observou que o Supremo não vai julgar a partir da pressão, mas que o reforço institucional demonstra a coesão do Estado sobre esse tema. “Agora estamos agregando novos argumentos jurídicos, numa petição endereçada para o ministro Fux, argumentando a aplicação da teoria da imprevisão contratual, em face da tragédia, e também pedindo a aplicação do princípio da solidariedade federativa”, afirmou.



PEDRO PIEGAS

Entidades de classe e da sociedade participaram do evento na Capital

DEFESA CIVIL

Lançado projeto-piloto de alerta de riscos

Com eventos climáticos cada vez mais intensos e frequentes, o governo federal lançou, nesta quarta-feira, o projeto-piloto do novo sistema de alertas da Defesa Civil Nacional, o Defesa Civil Alerta, no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad). O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, o ministro da Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do RS, Paulo Pimenta, e representantes do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estiveram presentes e concederam coletiva de imprensa sobre o funcionamento do sistema em 11 municípios brasileiros selecionados para os primeiros testes.

Foram definidos, previamente, os municípios de Roca Sales, Muçum, Blumenau (SC), Gaspar (SC), Morretes (PR), União da Vitória (PR), São Sebastião (SP), Cachoeiro do Itapemirim (ES), Indianópolis (MG), Petrópolis (RJ) e Angra

O Defesa Civil Alerta

envia mensagens de texto para celulares de pessoas em localidades com **risco de desastres**

dos Reis (RJ).

A nova tecnologia, criada em parceria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e das quatro grandes operadoras de telefonia, utiliza a rede de telefonia celular para emitir o alerta com aviso sonoro, suspendendo qualquer conteúdo em uso na tela do usuário. O alerta também vai funcionar nos celulares em modo silencioso. Com o novo sistema, os residentes em áreas de risco vão receber as mensagens sem a necessidade de qualquer cadastro prévio.

Os alertas avisam sobre a iminência de desastres naturais ou causados por pessoas, estabelecidos na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade) e o que os moradores das cidades devem

fazer naquele momento. O conteúdo desses alertas é de responsabilidade dos órgãos estaduais de defesa civil.

O Defesa Civil Alerta é um sistema que permite o envio de mensagens de texto para os celulares de pessoas em localidades com risco de desastres, como alagamentos, enxurradas, deslizamentos de terra, vendavais, chuvas de granizo, entre outros, sem necessidade de cadastro prévio. A mensagem aparecerá sobreposta ao conteúdo que esteja sendo acessado.

Receberão as notificações do Defesa Civil Alerta os celulares (smartphones) compatíveis com a tecnologia de Cell Broadcast que estejam com cobertura móvel 4G ou 5G e localizados em área de risco. O sistema não atende celulares com 3G. Celulares mais novos, lançados a partir de 2020, são os compatíveis com o programa. Em termos técnicos, aparelhos definidos como CAT 4 ou superior pelo padrão 3GPP, que suportem tecnologias 4G ou 5G com os sistemas Android e iOS.

AUXÍLIO RECONSTRUÇÃO

Medida provisória amplia lista de cidades gaúchas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a Medida Provisória 1.250/2024, que permite a inclusão de mais nove municípios gaúchos na lista daqueles que poderão cadastrar famílias que ficaram desalojadas ou desabrigadas para receberem o Auxílio Reconstrução, no valor de R\$ 5.100,00. O apoio financeiro, pago em parcela única, é um benefício extraordinário concedido em função das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul. A MP foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU).

A ampliação foi feita para contemplar os municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal até a data de publicação desta MP, não alcançados pelas medidas anteriores (1.219/2024 ou 1.228/2024).

Ao todo, dos 497 municípios gaúchos, 453 deles podem solicitar o valor de R\$ 5,1 mil para cada família residente em área efetivamente atingida pelas enchentes. O benefício será concedido em parcela única, limitado a um por família, e será operacionalizado pelo Ministério

CIDADES DO RS

- Chuí
- Glorinha
- Horizontina
- Mampituba
- Saldanha Marinho
- Santa Bárbara do Sul
- Santana do Livramento
- Tavares
- Torres

da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e pago pela Caixa Econômica Federal, conforme critérios e requisitos estabelecidos.

O governo federal espera atender 375 mil famílias gaúchas, representando R\$ 1,9 bilhão de recursos destinados ao benefício por meio da autorização para abertura de crédito extraordinário. Inicialmente, o valor destinado ao Auxílio Reconstrução era de R\$ 1,23 bilhão para 240 mil famílias.

Com a publicação da Medida Provisória nº 1.235, o MIDR teve um crédito extraordinário de mais R\$ 689,6 milhões. Com isso, mais 135 mil famílias poderão ser beneficiadas.

JÜRGEN MAYRHOFFER / GOVERNO DO ESTADO / CP



Equipamento será colocado provisoriamente no Morro da Polícia

RADAR METEOROLÓGICO

Começa a instalação na Capital

O processo de instalação do radar meteorológico no Morro da Polícia, em Porto Alegre, teve início nesta semana. Equipes do governo do Estado e da Climatempo, empresa responsável pelo serviço de monitoramento de condições meteorológicas, estão trabalhando na montagem da estrutura que, inicialmente, funcionará provisoriamente no local na Capital gaúcha.

O radar estava originalmente destinado a Montenegro, mas devido a um acidente com um guindaste na cidade, a instalação foi relocada para Porto Alegre. O meteorologista e vice-presidente de Negócios da Climatempo, Marcos Massari, afirmou que a empresa está conduzindo vários

procedimentos para a instalação do radar nos próximos dias.

“Na terça-feira, recebemos contêineres do porto de Porto Alegre, que serão a base para a instalação, e as caixas contendo as peças do radar que estavam em Montenegro. Na sequência, faremos vários procedimentos, como a preparação do terreno, para realizar a montagem”, explicou Massari.

Após a instalação do equipamento, o novo radar passará por um período de calibragem, durante o qual os primeiros dados da área monitorada serão coletados e analisados. Este processo permitirá avaliar a taxa de acertos do radar e identificar possíveis melhorias.